

## O indesejável como desejo

Rogério Amador de Melo<sup>1</sup>; Fábio Morelli Rosa<sup>2</sup>; Danielle Jardim Barreto<sup>3</sup>.

### Resumo

O presente artigo busca um debate acerca das identidades que, atualmente, vêm se apresentando com uma conotação mais significativa em relação às práticas sexuais, gerando um intenso debate em locais como a mídia e o meio acadêmico: gays, travestis, transgêneros, lésbicas, transexuais, etc. Neste sentido, Michel Foucault (2009), colabora quando nos permite compreender quais foram os possíveis processos que o ocidente passou para que relações heterossexuais se tornassem o modo normal de se envolver afetiva e sexualmente. Por fim, a preocupação do presente trabalho se localiza na avalanche de questões que estas identidades estão emergindo nos meios midiáticos e como essas aparições estão repercutindo na sociedade que denota o seu conservadorismo ainda muito presente.

Palavras-chaves: Desejo, Territórios Identitários, Heteronormatividade

### The undesirable as desire

### Abstract

This article seeks a debate about the identities that currently are performing with a connotation more significant in relation to sexual practices, generating an intense debate in places like the media and academia: gays, transvestites, transsexuals, lesbians, transsexuals, etc. In this sense, Michel Foucault (2009), works when we can understand what are the possible processes that the West has to heterosexual relationships become the normal way to engage emotionally and sexually. Finally, the concern of this work lies in the avalanche of questions that are emerging in these identities from the media and how these are impacting appearances in society that bears its conservatism still present.

Keywords: Desire, Territories Identitários, Heteronormativity.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR – Umuarama.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Marília.

<sup>3</sup> Ma. Psicologia e Sociedade/UNESP – Assis - SP; Docente do Curso de Psicologia/UNIPAR – Umuarama.

## **Introdução**

As realidades sociais vêm se mostrando mais frágeis aos olhos daqueles que trilham as suas vidas pautadas no que vem sendo debatido e chamado de uma “heterossexualidade compulsória” que não só agenciam, mas também produzem nos corpos, maneiras consideradas normais e ideais de se relacionar afetiva e sexualmente. Fato este que acontece mediante o ganho da visibilidade de modos de existência que fogem das inúmeras formas de padronização do corpo e do desejo desenhados nos modos de ser travestis, transexuais, transgêneros, gays e lésbicas, ao qual se busca hostil e sutilmente enquadrar e categorizar dentro de uma suposta “normalidade”.

Além das lutas de, aproximadamente, 40 anos de expressão dos movimentos LGBT, fatores do instituído na heterossexualidade acabam afetando diretamente na visão de mundo de uma sociedade transmoderna que por um lado ainda apresenta seu lado conservador muito forte, mas que ao mesmo tempo não pode negar a emergência de outras ressonâncias subjetivas, que até então eram silenciadas pelo medo e pela opressão, e estas estão inscrevendo-se no campo social, muitas vezes autorizados pela mídia e outros territórios de subjetivação na atualidade.

Para tanto, propomos discutir tal temática partindo de pressupostos abordados pela Teoria *Queer*, bem como por idéias disseminadas por Michel Foucault devido ao entendimento que as subjetividades e singularidades são produzidas no campo relacional pelo agenciamento de enunciados de saberes/verdades que provocando afetações e são afetados ao mesmo tempo em seu engendramento.

## **Sexualidade e Desejo: uma perspectiva histórica da ‘verdade’ sobre o sexo e a experimentação do corpo**

Pensar e falar sobre sexualidade, desejo e suas nuances denota sempre enfrentamentos de ordem moral e ética na sociedade, fato este que se configura pelos agenciamentos normativos de biopoder e biopolítica de controle, regulação e disciplinamento dos corpos, numa processualidade histórica de demarcações de espaços subjetivos de prazer e experimentação do corpo. (Peres, 2011). Assim, para adentrar neste campo relacional de afetações, se faz necessário um mergulhar no engendramento discursivo e sua produção epistemológica no tocante a diversidade sexual na sua rede rizomática de relações.

Partindo do exposto, é pertinente dizer que já na Grécia Antiga, o sexo entre os homens obtinha uma conotação política; para a Igreja Católica ortodoxa, o sexo era (é) uma fonte incessante de pecado e fraqueza humana; para os orientais uma *ars erótica* tendo o prazer como o seu produtor de verdade a partir da prática, sendo que já na sociedade ocidental atual a sexualidade adquiriu o sentido de uma possibilidade de liberdade na expressão de seus desejos sexuais.

É preciso dizer que ao contrário do que muitos pensam em relação à repressão sexual, isto é, de que o sexo foi reprimido e tudo que se trata dele deve ser comedido e pensado duplamente antes de praticado, ele foi amplamente abordado, falado e discutido, a diferença é que havia os lugares reservados a esta função. O primeiro lugar que o autor supracitado identifica como tal, foi o confessionário, pois de acordo com o Foucault (2009), a Igreja Católica, desde a Idade Média, construiu saberes no que tange os modos de se comportar e de se viver segundo os princípios cristãos, princípios estes que tinham o confessionário como o local onde era efetuada a sua regulação. Em outras

palavras, os fiéis se dirigiam até os confessionários e eram convencidos a confessarem os seus desejos, pensamentos libidinosos e as suas ocasionais práticas desviadas, de modo que receberiam a penitência para a sua redenção.

Neste espaço ocorre o reconhecimento do poder que a igreja tinha em agenciar, regular e controlar a vida social, mediante enunciados de saberes/verdades que circulavam ensinando o correto de modo que não seguissem o errado, sendo que no caso do ‘desvio’ acontecer, o sujeito necessitaria de uma punição. Em relação à conduta sexual, a mesma instituição estipulou o relacionamento entre um homem e uma mulher com o sexo somente para fins reprodutivos como o certo e, neste momento, foi criado o errado, o binário e o hegemônico, isto é, todas as ações que não correspondam com um casal heterossexual com fins de manter a saúde social através da reprodução (Foucault, 2009).

Contudo, a prostituta, a homossexualidade, a mulher que anseia por um sexo somente por prazer, o homem adúltero e a criança onanista ganharam a margem, a difamação e a vergonha como locais adequados para o exercício do que lhes fornecia sentido. Resulta claro que para Louro (2009), este engendramento entre o poder e o saber que ocorre no cristianismo foi apropriado por outros locais nos quais este mecanismo age de forma semelhante ao que ocorre no confessionário.

As ciências naturais e humanas também possuem este modo de assujeitamento do corpo como resultado das regras morais que agenciam discursos de verdades ideais e corretos, de ordem binária, hegemônica e heteronormativa. Com efeito, a produção do conhecimento ocidental está atrelada, basicamente, a este modo de enxergar os seres humanos, ou seja, sempre como passíveis de ensino e necessitados de uma orientação legítima, científica e sábia que só eles possuem (Louro, 2009). O importante é ressaltar

que numa visão foucaultiana, a sexualidade é o resultado de um atravessamento discursivo em uma construção que se deu a partir dos locais que tinham o poder de agenciar enunciados de saberes de certo/errado, tornando-se por sua vez um saber comum, ou seja, valores que a maioria das pessoas compartilha e considera como uma única verdade sem colocar em questão outras possibilidades, sendo estas possibilidades vistas, previamente, como erradas.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (Foucault, 2009, pp. 33-4).

Os discursos produzidos pelo poder não são encarados por Foucault como limitados às instituições, mas como algo onipresente, que está tão bem inserido socialmente que é regulado por todos concomitantemente. Estaríamos, então, envolvidos em uma teia já bem consolidada – mas não impossível de ser superada – que divide os valores que foram ditos como ideais quando o assunto é sexualidade. Deste modo, a sexualidade é um fenômeno encarado pela maioria como responsabilidade das instituições legitimadas (escolas, tribunais, clínicas médicas e psicológicas, etc.) que devem cumprir o papel que a maioria espera, ou seja, agir de maneira correta e corrigir o doente, o abominável (Foucault, 1987).

De acordo com o que foi exposto até então: o que é o correto? O que a democracia propõe: o desejo da maioria? E por que em relação às formas de se envolver sexual e afetivamente são tendenciosamente os relacionamentos heterossexuais? Porque

foi dito que isto era o melhor a se fazer, que era saudável que era o ideal? Portanto, a identidade dos pervertidos nasceu quando se determinou a identidade dos corretos. (Natividade, 2011).

### **Atravessamento de enunciados de marcação na representação midiática transmoderna**

Como problematizado anteriormente, a presença de um sistema binário e hegemônico de regulação e disciplinamento do corpo e da própria experimentação do desejo e do prazer, atravessa o território subjetivo desde sempre. Claro que com as mudanças dos modos de produção e subjetivação, no tocante ao sexo, suas nuances e materialidade, os engendramentos se configuram de maneira muito sutil nas relações sociais pós-modernas.

Para Peres (2011), essa configuração se dá devido o sexo se encontrar numa “ . . . articulação entre dois eixos que desenvolveram as tecnologias políticas: as disciplinas dos corpos – adestramento, intensificação/distribuição das forças, ajustamento/economia das energias; a regulação das populações – vigilâncias infinitesimais (epidemiológica e moral), controles constantes, ordenações espaciais, exames médicos/psicológicos” (p. 92).

Assim, é notório, que no começo desse ano percebeu-se o foco da mídia e dos debates políticos do recente plano de governo nacional voltados para assuntos polêmicos como o casamento gay, mudança do nome social para os transexuais, luta contra homofobia, a utilização da técnica de reprodução assistida por homoafetivos, além de vários destaques de temáticas LGBTTI em novelas, filmes e *reality shows*.

De fato esse bombardeio de informações até então restrita a população LGBTTI e seus afins, acabam configurando questões, problematizações e produções discursivas de saberes/verdades a respeito do ser humano e sua subjetividade; porque querendo ou não, estamos vivendo uma época onde a demarcação identitária do desejo de mulheres e homens têm se confrontado diretamente, seja nas relações sociais ou nas relações consigo mesmo (Cardoso, 2005).

Somos seres passíveis a múltiplos desejos desde o nosso nascimento, por isso demarcar esse campo caracteriza o cerceamento daquilo que justamente tentava “escapar”, pois a demarcação binária em heterossexuais e homoafetivos limitam as possibilidades de existência e experimentação de uma humanidade que tem demonstrado sua complexidade desde os primórdios; além de impossibilitar e negar a singularidade e as resistências ao assujeitamento heteronormativo (Spargo, 2006). Por isso, conforme Miskolci (2009) a visibilidade e as discussões a respeito dessas temáticas têm, num primeiro momento, revelado a imparcialidade de um conservadorismo ainda muito presente, mas por outro lado têm trazido à tona, discussões sobre a plasticidade do campo do desejo agenciando afetações nas relações sociais e novas possibilidades de experimentação do corpo.

Deste modo, emerge uma maior compreensão sobre os processos rizomáticos de atravessamentos no campo social no que diz respeito à sexualidade (Lobo, 2004 citado em Parpinelli & Souza, 2005, p.480), pois somente assim consegue-se pensar e entender muito das inferências simbólicas articuladas pela mídia na subjetivação dos comportamentos sexuais. Para Goffman (1978), são estas redes de significados e representações que acabam produzindo uma disparidade entre aquilo que se espera

(identidade social virtual) e como as pessoas reagem (identidade social real), que por sua vez geram as estigmatizações e o preconceito.

Esses atravessamentos entre os sistemas de gênero, as sexualidades, os diversos entendimentos sobre o corpo e as configurações de identidades coletivas estão intrinsecamente ligados entre si e afetados pelo modo de produção dominante, ou seja, pela heteronormatividade, sendo esta uma nova tecnologia de biopoder e biopolítica. Com muita propriedade Richard Miskolci, um dos grandes estudiosos brasileiros sobre a Teoria *Queer*, esclarece essa nova estratégia de controle, ampliando o contexto desse mecanismo.

Muito mais do que o aperçu de que a heterossexualidade é compulsória, a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (Miskolci, 2009, pp. 156-157).

Conforme tem sido enfatizado, o atravessamento e afetação da linguagem simbólica da mídia agenciam delimitações territoriais no campo de subjetivação sexual e do desejo, sendo que esses territórios de acordo com Guatarri e Rolnik (1986, p. 317) são “o conjunto dos projetos e das representações dos quais vai desembocar pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos”; onde os sujeitos se identificam e

se reconhecem apenas com o que é apresentado, ou em busca de visibilidade identitária acabam se assujeitando a modelos heteronormativos, perdendo a singularidade e deixando de experimentar outras possibilidades de prazer.

### **Considerações finais**

Falar sobre sexo, desejo e sexualidade, mesmo numa transmodernidade não nos permite negar as redes instituídas dos padrões morais e culturais, ditos reacionários. Portanto, apesar da visibilidade e das discussões trazidas pela mídia em todos os contextos, no que diz respeito a esta temática, ainda, de forma geral, somos surpreendidos com o pensamento considerado certo ou errado socialmente.

À vista desta perspectiva histórica da sexualidade, pode-se dizer que: nossa diferença sexual e o nosso desejo agora também são bombardeados pela mídia sobre como e o que devemos fazer com o nosso corpo e com o corpo alheio em nossas relações. O que era linha molecular pode muito brevemente ser capturada e formatada em linha molar, o que era diferença mostra-se pela mídia como identidade. Assim, tais considerações devem ser ponderadas quando nos deparamos com as representações sexuais na sua multiplicidade de nuances nas telenovelas, nos seriados e em filmes temáticos, e começarmos a observar criticamente como se dá essa representação do sujeito na mídia.

Como se há de verificar, as imagens construídas e representadas nos veículos de comunicação acabam sendo discursos de verdades que são absorvidas como produção de saberes que determinam e delimitam a experimentação do corpo e do desejo. Cabe-nos então, problematizarmos sempre o para quê de tais discursos e quais são as suas finalidades e funcionalidades nas relações sociais. Para este propósito, convém ressaltar que somos seres desejantes numa multiplicidade descontínua de possibilidades de

experimentações, e por isso podemos sempre ressignificar nossa existência e desejos, rompendo e criando territórios de resistências ao que está posto, determinado, fixado e heteronormatizado sobre/para a sexualidade.

## Referências

CARDOSO, H.R.Jr. (2005) Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 18 (3). Acessado em 06/10/2011 do [www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a08v18n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a08v18n3.pdf)

FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Petrópolis :Editora Vozes.

FOUCAULT, M. (2009). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. (19a ed). Rio de Janeiro: Graal.

GOFFMAN, E.(1978) *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

LOURO, Guacira L. (2010). *Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista*. (11a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

MISKOLCI, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização. *Sociologias*, 11(21). Acessado em 05/10/2011 do <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>

NATIVIDADE, M.T. (2011). *Psicologia, laicidade e diversidade sexual*. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (org) (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.

PARPINELLI, R.S.; SOUZA, E.W.F. (2005). Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. *Psicologia em Estudo*, 10(3). Acessado em 05/10/2011 do <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a15.pdf>

PERES, W.S. (2011). *Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política QUEER*. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (org) (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.

SPARGO, T. (2006). *Foucault e a teoria queer*. Tradução de V. Freire. Rio de Janeiro: Pazulin.